

A CONTRIBUIÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E ESPAÇOS DE PROTAGONISMO JUVENIL PARA A EDUCAÇÃO

Antonio Sâmyo Soares Miranda ¹
Elias Vidal de Lima Júnior ²
Antonio William Araújo Liarte ³

INTRODUÇÃO

O presente estudo trata da significância das políticas públicas no que tange a construção psíquica e crítica do indivíduo. O artigo resultou de uma experiência estudantil qualitativa, envolvendo discentes e docentes da escola CETI - Cônego Cardoso, situada na cidade de Castelo do Piauí / PI. O qual, objetiva caracterizar a importância de políticas públicas para o meio educacional como agente social de formação e transformação da sociedade, como também, relatar as experiências de um projeto com iniciativa de alunos da escola CETI - Cônego Cardoso, localizada no Centro de Castelo do Piauí, Rua Abdias Veras, 286.

Na tentativa de aprimorar a proficiência e aplicabilidade dos conceitos de protagonismo juvenil e formação cidadã, através desta iniciativa incitar o estado e sociedade e caminharem rumo a traçar os planos educacionais, pensando nas políticas públicas dirigidas aos anseios do projeto, que são comuns ao pensarmos em uma escola que forme indivíduos para o meio social e democracia. Fortalecendo estes valores, podemos por meio de atitudes práticas e participarmos efetivamente de forma positiva na construção de um hoje e amanhã promissor para a humanidade.

Na Educação, já se tem um entendimento de que a participação dos jovens ativamente na vida escolar é de grande importância, tais quais, é fomentada a criação de grêmios estudantis defendendo que é por meio dela que cada unidade educacional democratiza sua administração e cumpre efetivamente seu propósito, tornando-se um ambiente educacional atraente e estimulante para os jovens, a fim de promover seu desenvolvimento intelectual,

¹ Estudante do Ensino Médio do CETI Cônego Cardoso - SEDUC – PI , samyosoaresof@gmail.com;

² Estudante do Ensino Médio do CETI Cônego Cardoso - SEDUC – PI , julionog12@gmail.com;

³Professor – Secretária de Educação e Cultura do Estado do Piauí – SEDUC PI, willliarte@gmail.com.

social e emocional, e, além disso, um espaço democrático, confiável e culturalmente enriquecedor para os estudantes e a comunidade, visando a uma troca frutífera entre a escola e seu ambiente. As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio - DCNEM - representam o instrumento legal mais importante para a disseminação do protagonismo juvenil no ensino médio.

Constata-se ainda, que muitas vezes o ambiente escolar acaba por ter um raso entendimento que pode se configurar como uma: “semiformação” essa expressão traduz o termo alemão *halbbildung* (literalmente, meia educação ou meia cultura), que denota falsa erudição, falsa formação. Onde, não se busca que o aluno possua uma certa emancipação em algumas das etapas que compõem o processo de ensino, sobretudo no Ensino Médio e nas escolas de tempo integral, assim dando continuidade há metodologias já sistematizadas na qual o aluno se estabelece apenas como receptor dos conhecimentos postos pelo educador, Paulo Freire, no livro “Pedagogia do Oprimido” (FREIRE, 1970), apresentou e discutiu o conceito de “concepção bancária”: Em lugar de comunicar-se, o educador faz comunicados e depósitos que os educandos, meras incidências, recebem pacientemente, memorizam e repetem.

(...) as experiências vividas pelos alunos são limitadas porque não abrem a possibilidade de questionamento e de crítica, isto é, a espontaneidade é tolhida, com a intenção de não se permitir que sejam trilhados caminhos desconhecidos. Portanto, a formação ensejada pela educação escolar não vai além da mera constatação do existente, condição que interpõe obstáculos ao desenvolvimento de indivíduos autônomos (Giovinazzo Jr., 2003, p.103-104).

Assim, diante da reflexão é imprescindível a necessidade das mobilizações estudantis, do poder público, entidades educacionais adotem e estimulem práticas pedagógicas que estimulem o questionamento e a análise crítica, permitindo a expressão da espontaneidade dos alunos. É fundamental criar um ambiente propício para a exploração de novos caminhos, superando o receio do desconhecido. Assim, será possível oferecer uma formação escolar que vá além da simples constatação do que já existe, removendo os obstáculos ao desenvolvimento de indivíduos autônomos e capacitados para pensar por si mesmos. Deste modo, rompendo com o pensar de semiformação que gera apenas indivíduos como máquinas

reprodutoras e “industriais” que durante o processo de aprendizagem passam por uma espécie de esteira que o molda e o submete há um estrutura já previamente estabelecida de suas ações.

METODOLOGIA

Sua hipótese inicial é a da ineficácia dos conceitos de protagonismo juvenil e formação cidadã e, através do estudo, estabelecer relações entre as políticas públicas educacionais e as experiências obtidas por meio da criação de espaços de interação: aluno-aluno. A metodologia adotada baseia-se em pesquisas bibliográficas sobre como as políticas públicas afetam a educação vigente no país, juntamente com um relato de experiência com uma abordagem qualitativa, dialógica, na qual procura-se aperfeiçoar o desempenho dos alunos em componentes curriculares das diversas áreas do conhecimento.

Promovendo situações e meios para o desenvolvimento do senso crítico, através de debates de questões sociais, contribuições práticas com a sociedade, reconhecimento do papel e exercício da cidadania, palestras, rodas de conversas, grupos de estudo e produção, mostras, exposições, eventos que envolvam a sociedade e comunidade escolar, desenvoltura com atividades em grupo, capacidade de argumentação e percepção do aluno para com a sociedade e meio escolar. A partir dessas metodologias, o presente estudo, fará uma análise do comportamento dos alunos e desenvoltura frente às atividades propostas e dia a dia escolar de estudantes do ensino médio, podendo ainda, posteriormente ter uma maior abrangência para outros públicos. Em consonância, será proposto realizações de maior contato com o ambiente acadêmico e produções científicas, através da construção de artigos, vivências em setores semelhantes aos universitários - e contato com eles -, e partilha das experiências em eventos, conferências, congressos, fóruns, escolas, universidades e demais setores da educação.

Muitos professores imaginam que toda aprendizagem é inerentemente ativa. Consideram que, enquanto o aluno participa assistindo uma aula expositiva, ele está ativamente envolvido. Contudo, pesquisas da ciência cognitiva apontam que os alunos devem fazer algo mais do que simplesmente ouvir para que a aprendizagem seja efetiva (Meyers & Jones, 1993).

Portanto, a composição e atuação pedagógica se torna de extrema importância, para colaborar dentro da sala de aula e fora, com incentivos e com a plena percepção de que o

aluno faz parte do processo de ensino e sua complexa existência deve ser validada, para que, a partir dela, o ato de educar tenha sentido de construção, formação cidadã, fortalecimento da democracia e das relações sociais perante a diversidade existente. Paulo Freire registra, no livro *Pedagogia da Autonomia*: “Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção” (Freire, 1996, p. 12). Podemos partir da colocação de Freire e afirmar que é uma concepção que exige uma mudança de postura por parte do educador; demanda a compreensão de que o conhecimento não é um objeto qualquer que, ao ser entregue ao outro, permanece o mesmo objeto. Portanto, um novo olhar pode ser aplicado através de políticas públicas educacionais que fomentem tais práticas que estejam alinhadas com as colocações do pensador.

REFERENCIAL TEÓRICO

Conforme Paulo Freire, "A educação é um ato de amor, por isso, um ato de coragem. Não pode temer o debate. A análise da realidade. Não pode fugir à discussão criadora, sob pena de ser uma farsa." (FREIRE, 1974, p. 96). Nesse pensamento o patrono da educação brasileira, enfatiza que a educação vai além de simplesmente transmitir conhecimentos, é um ato de amor e coragem que requer engajamento e participação ativa. Nesse sentido, a formação cidadã se torna essencial, pois visa desenvolver nos indivíduos a consciência crítica, a responsabilidade social e o respeito aos direitos humanos. Além disso, o protagonismo juvenil é fundamental para que os jovens se tornem agentes de transformação em suas comunidades, exercendo sua voz e contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

A pedagogia freiriana defende uma educação que desperta no educando a consciência crítica das situações política, econômica e social em que está inserido, como sendo verdadeiramente uma Educação como Prática da Liberdade (CORTELLA, 2011).

Para que esses ideais se concretizem, é necessário o estabelecimento de políticas públicas efetivas na área da educação. Essas políticas devem garantir o acesso universal à educação de qualidade, promover a inclusão e combater as desigualdades sociais. Além disso, é fundamental que haja espaços de diálogo e participação democrática entre os diferentes atores envolvidos no processo educacional, como estudantes, professores, gestores e comunidade. Ao não temer o debate e buscar a análise da realidade, a educação se torna um

instrumento poderoso para transformar a sociedade. No entanto, o processo educativo não pode se limitar apenas à transmissão de conteúdos pré-determinados. É necessário criar espaços de debate, reflexão e diálogo dentro das escolas, estimulando os estudantes a pensarem criticamente sobre a realidade em que estão inseridos. A educação deve ser um processo dinâmico, que valorize a diversidade de ideias e perspectivas, promovendo a construção coletiva do conhecimento. Assim, a citação de Paulo Freire nos convida a repensar a educação como um ato transformador, que vai além da reprodução de conhecimentos. É um chamado para que todos os envolvidos no processo educativo sejam corajosos o suficiente para enfrentar os desafios, promovendo uma educação libertadora e comprometida com a formação de cidadãos críticos, autônomos e conscientes de seu papel na sociedade.

Em conjunto cabe acrescentar o seguinte pensamento: Ao evidenciar um conjunto de concepções, práticas e estruturas inovadoras, a experiência da escola cidadã aponta possibilidades de uma educação com qualidade social, não redutora à dinâmica mercantil. O desenvolvimento de uma cultura participativa, de uma inquietação pedagógica com a não-aprendizagem, da busca dos aportes teóricos da ciência da educação, legitima a idéia de que a não-aprendizagem é uma disfunção da escola e que a reprovação e a evasão são mecanismos de exclusão daqueles setores sociais que mais necessitam da escola pública. Isso levou à convicção da necessidade de reinventar a escola, de redesenhá-la de acordo com novas concepções. Os avanços na formação em serviço evidenciaram aos educadores que a estrutura convencional da escola está direcionada para transmissão, para o treinamento e para a repetição, tendendo a neutralizar as novas proposições pedagógicas, no máximo transformando-as em modismos fugazes. Por isso, embora essenciais, não bastam apenas mudanças metodológicas, novidades teóricas, a adesão aos princípios de uma escola inclusiva, democrática, com práticas avaliativas voltadas ao sucesso do educando, é indispensável ainda a superação da estrutura taylorista fordista, redefinindo os espaços, os tempos e os modelos de trabalho escolar (AZEVEDO, 2007).

A educação que se impõe aos que verdadeiramente se comprometem com a libertação não pode fundar-se numa compreensão dos homens como seres vazios a quem o mundo 'encha' de conteúdos; não pode basear-se numa consciência especializada, mecanicistamente compartimentada, mas nos homens como 'corpos conscientes' e na consciência, como consciência intencionada ao mundo. Não pode ser a do depósito de conteúdos, mas a da problematização dos homens em suas relações com o mundo. (FREIRE, 2014, p.94). Essa colocação destaca que a formação cidadã e o protagonismo juvenil na educação não devem ser baseados em uma visão dos alunos como receptores passivos de conhecimento, mas sim

como indivíduos conscientes e ativos, que problematizam e se relacionam com o mundo. Também ressalta a importância das políticas públicas para garantir essa abordagem de educação libertadora.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com a implantação da abordagem qualitativa e a criação do Centro de Ciências Humanas, denominado CCHC, uma iniciativa estudantil ganhou vida, proporcionando um espaço dedicado à aplicação e efetivação do entendimento em torno do protagonismo juvenil e formação cidadã. O CCHC estabeleceu um cronograma abrangente de atividades a serem realizadas ao longo do ano letivo, que incluíam rodas de conversa e palestras, ambas mediadas pelos próprios alunos, com o objetivo de fomentar diálogos construtivos e impulsionar o protagonismo juvenil.

À medida que as atividades e projetos eram desenvolvidos com êxito, demonstrando um retorno positivo para a sociedade, o projeto começou a receber reconhecimento local. Os alunos participantes foram convidados a compartilhar suas experiências e conhecimentos em escolas da rede estadual e municipal, abordando temáticas de relevância social. Essa oportunidade não apenas contribuiu para a formação cidadã dos alunos envolvidos, mas também para a disseminação de conhecimentos sociais, o desenvolvimento do senso crítico, o fortalecimento do protagonismo juvenil e o pleno exercício da democracia.

Desse modo, o Centro de Ciências Humanas está desempenhando um papel fundamental na construção de jovens cidadãos conscientes e engajados dentro do ambiente escolar. Através dessa iniciativa, os estudantes estão sendo capacitados para se tornarem agentes de transformação em suas comunidades, adquirindo habilidades essenciais para enfrentar os desafios sociais contemporâneos e contribuir para um futuro mais justo e inclusivo. O sucesso do projeto reforça a importância de investir em abordagens qualitativas e oferecer espaços de participação ativa aos jovens, permitindo que eles se tornem protagonistas de suas próprias trajetórias educacionais e sociais.

Figura 1 - Encontro do Centro



Fonte: VIDAL, 2023.

A partir dos encontros realizados e das atividades desenvolvidas, foi mais do que perceptível a aplicação efetiva dos conceitos desejados e estudados aqui. As atividades proporcionaram uma experiência enriquecedora, permitindo aos participantes compreenderem de forma prática e concreta a importância desses conceitos na vida cotidiana. A significativa contribuição desses métodos ficou evidente ao observarmos o impacto positivo que eles tiveram nos participantes. Através das atividades propostas, foi possível perceber um maior engajamento e interesse por parte dos envolvidos, além do desenvolvimento de habilidades e competências relevantes para sua formação pessoal e profissional.

Diante disso, torna-se cada vez mais claro que essas práticas devem ser consideradas como políticas públicas. A implementação dessas políticas permitiria que um número maior de pessoas tivesse acesso a essas experiências transformadoras, contribuindo para o desenvolvimento social e cultural de nossa comunidade. Além disso, é fundamental que essa iniciativa seja liderada pelo estado. O envolvimento do governo garantiria recursos adequados, infraestrutura adequada e uma abordagem sistemática na implementação dessas práticas em diferentes contextos educacionais. Dessa forma, poderíamos alcançar resultados ainda mais significativos e duradouros. Como resultado do sucesso alcançado pelo centro, sua prática agora faz parte integrante do Projeto Político Pedagógico da escola. Isso demonstra o

reconhecimento da importância dessas metodologias inovadoras no processo educativo, bem como o compromisso da instituição em promover uma educação de qualidade e alinhada com as demandas da sociedade atual.

Art. 2º. A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1996)

Ainda, em conformidade com as prerrogativas da legislação brasileira, o Centro e suas atividades têm como objetivo principal atuar de forma efetiva na implementação e execução das previsões estabelecidas. Nesse sentido, surge a necessidade de se discutir a criação de um espaço dentro das escolas de ensino médio, com foco especial nas escolas de tempo integral, a fim de promover discussões e abordagens de temáticas formadoras. Esse espaço dentro das escolas seria um ambiente propício para o desenvolvimento de habilidades e competências essenciais para o exercício pleno da cidadania. Seriam abordados temas como educação financeira, direitos e deveres do cidadão, inclusão social, sustentabilidade ambiental, ética e responsabilidade social, entre outros.

Figura 2 - Alunos do centro palestrando em escolas da rede municipal



Fonte: CHAVES, 2023.

Figura 3 - Processo eleitoral do Centro



Fonte: LIARTE, 2023.

Além disso, a carga horária ampliada das escolas de tempo integral possibilitaria uma maior dedicação a essas discussões, permitindo uma abordagem mais aprofundada e reflexiva. Os estudantes teriam a oportunidade de participar de atividades práticas, debates, palestras e projetos que visam estimular o pensamento crítico, a cooperação e o engajamento social. Dessa forma, as escolas de tempo integral se tornariam verdadeiros centros de formação integral dos alunos, preparando-os não apenas para o mercado de trabalho, mas também para exercerem plenamente sua cidadania e contribuírem positivamente para a sociedade. Através desse espaço formativo dentro das escolas, busca-se garantir que os estudantes estejam preparados para enfrentar os desafios do mundo contemporâneo e se tornem agentes transformadores em suas comunidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através das atividades propostas, foi possível perceber um maior engajamento e interesse por parte dos envolvidos, além do desenvolvimento de habilidades e competências relevantes para sua formação pessoal e profissional. Nesse sentido, é crucial destacar a importância de considerar essas práticas como políticas públicas. A implementação dessas políticas permitiria que um número maior de pessoas tivesse acesso a essas experiências transformadoras, contribuindo para o desenvolvimento social e cultural de nossa comunidade.

A disseminação dessas práticas como políticas públicas traria benefícios não apenas para os indivíduos diretamente envolvidos, mas também para a sociedade como um todo. Essas metodologias inovadoras têm o potencial de melhorar a qualidade da educação, promover a inclusão e fortalecer os laços comunitários. No entanto, é importante ressaltar que essa iniciativa deve ser liderada pelo estado. O envolvimento do governo garantiria recursos adequados, infraestrutura adequada e uma abordagem sistemática na implementação dessas práticas em diferentes contextos educacionais. Dessa forma, poderíamos alcançar resultados ainda mais significativos e duradouros.

Em suma, os encontros e atividades realizados foram fundamentais para evidenciar a aplicação prática dos conceitos estudados. Essas práticas devem ser amplamente difundidas como políticas públicas, com a plena iniciativa do estado, visando promover uma educação mais inclusiva, participativa e transformadora. É necessário o envolvimento de diversos atores sociais para garantir o sucesso e a sustentabilidade dessas políticas. Somente assim poderemos construir uma sociedade mais equitativa, onde todos tenham acesso às oportunidades de aprendizado e desenvolvimento necessárias para alcançar seu pleno potencial.

Palavras-chave: Políticas públicas, Protagonismo juvenil, Formação cidadã.

REFERÊNCIAS

- FERRETTI, Celso J.; ZIBAS, Dagmar ML; TARTUCE, Gisela Lobo BP. Protagonismo juvenil na literatura especializada e na reforma do ensino médio. **Cadernos de pesquisa**, v. 34, n. 122, p. 411-423, 2004.
- FERREIRA, Cleia Simone; SANTOS, Everton Neves dos. Políticas Públicas Educacionais: apontamentos sobre o direito social da qualidade na educação. 2014.
- KADLUBITSKI, Lidia; JUNQUEIRA, Sérgio. Diversidade cultural e políticas públicas educacionais. *Educação*. Santa Maria, p. 179-193, 2009.
- RABÊLLO, M. E. D. L. O que é protagonismo juvenil. Acesso em, v. 5, 2004.
- SOUZA, Regina Magalhães de. O discurso do protagonismo juvenil. 2008. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.
- FREIRE, Paulo. Educação “bancária” e educação libertadora. **Introdução à psicologia escolar**, v. 3, p. 61-78, 1997.